

1. Identificação

Cód. Disciplina	Período	Créditos	Carga Horária	
			Semanal	Mensal
D - 60	10º	04	04	30

Nome da Disciplina

DIREITO ELEITORAL E PARTIDÁRIO

Curso

DIREITO

2. Pré-Requisito

D – 30 DIREITO CONSTITUCIONAL III (MATRIZ 2008/01)

D – 32 DIREITO CONSTITUCIONAL III (MATRIZ 2008/02)

3. Ementa

EMENTA: Conceito e fontes. Direitos Políticos. Soberania Popular. Condições de Elegibilidade e Inelegibilidade. Partidos Políticos. Registro de Candidatos. Propaganda Eleitoral. Pesquisas Eleitorais. Condutas Vedadas aos Agentes Públicos. Das Eleições e sua Lei Geral. Arrecadação de Recursos e Prestação de Contas. Organização da Justiça Eleitoral. Ministério Público Eleitoral. Direito Processual Eleitoral. Recursos Eleitorais. Dos Crimes Eleitorais.

4. Objetivos

OBJETIVO GERAL: Ministrare conhecimentos básicos acerca do processo eleitoral brasileiro, mostrando suas fases, alcance e limites de seu desenvolvimento histórico na legislação pátria.

4. Objetivos

OBJETIVO ESPECÍFICO: Desenvolver habilidade operacional no corpo discente para o bom manejo dos institutos peculiares da disciplina, dando-lhe uma visão crítica e contextualizada dos direitos políticos ativos e passivos.

5. Conteúdo Programático

- 1. DIREITO ELEITORAL BRASILEIRO**
 - 1.2 Fontes do Direito Eleitoral
 - 1.3 Conceito de Direito Eleitoral
 - 1.4 As Disposições Constitucionais Eleitorais.
- 2. DIREITOS POLÍTICOS**
 - 2.1 Conceito e espécies
 - 2.2 Aquisição dos direitos políticos
 - 2.3. Alistamento Eleitoral.
- 3. CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE E INELEGIBILIDADE**
 - 3.1 Disciplina constitucional
 - 3.2. A nacionalidade brasileira
 - 3.3 O pleno exercício dos direitos políticos
 - 3.4 Alistamento eleitoral.
 - 3.5 Domicílio eleitoral na circunscrição
 - 3.6 Filiação Partidária
 - 3.7. Idade Mínima
 - 3.8 Hipóteses de inelegibilidade
 - 3.9 Hipóteses de inelegibilidade previstas na Lei Complementar n. 64/90.
 - 3.10 A escolha de candidatos pelos partidos políticos
 - 3.11 O registro de candidaturas.
- 4. DOS PARTIDOS POLÍTICOS.**
 - 4.1 Noções gerais
 - 4.2 Partidos políticos na Constituição de 1988.
 - 4.3. Partidos políticos na Lei n. 9.096/95
 - 4.4. A questão da fidelidade partidária.
 - 4.5 Das coligações dos partidos.
 - 4.6. Pesquisas eleitorais: noções gerais.
 - 4.7 Condutas vedadas aos agentes públicos.

5. Conteúdo Programático

5. DAS ELEIÇÕES

- 5.1 Noções gerais
- 5.2 Do encerramento da votação
- 5.3 Da apuração
- 5.4 Da diplomação
- 5.5 Das nulidades da votação
- 5.6 A Lei n. 9.504/97 – Lei Geral das Eleições.

6. DA ARRECADAÇÃO DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 6.1 Arrecadação de recursos
- 6.2 Prestação de contas de candidatos
- 6.3 Prestação de contas de partidos.

7. DA ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL

- 7.1 Noções gerais
- 7.2 Tribunal Superior Eleitoral
- 7.3 Tribunal Regional Eleitoral
- 7.4 Juízes Eleitorais
- 7.5 Juntas Eleitorais.

8. DO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

- 8.1 Noções gerais
- 8.2 Localização do tema na Constituição
- 8.3 Legislação
- 8.4 Princípios do MPE
- 8.5 Garantias do Ministério Público
- 8.6 Garantias dos membros da carreira
- 8.7 Ministério Público Eleitoral.

9. DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL

- 9.1 Noções gerais.
- 9.2 Procedimento
- 9.3 Direito de resposta
- 9.4 Ação de impugnação de pedido de registro de candidatura
- 9.5 Ação de investigação judicial eleitoral
- 9.6 Ação de impugnação de mandato eletivo
- 9.7 Representação por captação irregular de sufrágio

10. DOS RECURSOS ELEITORAIS

- 10.1 Noções gerais
- 10.2 Recurso inominado
- 10.3 Recurso contra diplomação
- 10.4 Embargos de Declaração
- 10.5 Do agravo
- 10.6 Recursos contra decisões do Tribunal Superior Eleitoral

11. DOS CRIMES ELEITORAIS

- 11.1 Noções gerais
- 11.2 Classificações
- 11.3 Do Processo Penal Eleitoral.

6. Procedimentos Pedagógicos / Metodologia

METODOLOGIA: Aula expositivo-dialogada; aula com retroprojektor e data show; trabalhos individuais ou em grupo; seminários.

7. Sistemática de Avaliação

SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO: A avaliação consistirá de provas escritas e/ou orais. Realização de um seminário com assunto da ementa da disciplina. Notas: 90% das Notas serão abstraídos das provas ou do seminário, o restante de 10% será verificado pela assiduidade e participação do aluno.

8. Bibliografia

BÁSICA:

CÂNDIDO, Joel J. **Direito Eleitoral Brasileiro**. 12ª Ed. São Paulo: Edipro, 2006.

DECOMAIN, Pedro Roberto. **Elegibilidades e inelegibilidades**. 2. ed. São Paulo: Dialética, 2004.

DECOMAIN, Pedro Roberto e **PRADE**, Péricles. **Comentários ao código eleitoral**. São Paulo: Dialética, 2004.

COMPLEMENTAR:

CÂNDIDO, Joel J. **Direito penal eleitoral e processo penal eleitoral**. São Paulo, Edipro, 2006.

COSTA, Tito. **Recursos em matéria eleitoral**. 5.ed. São Paulo: Revista do Tribunais, 1996.

RIBEIRO, Fávila. **Direito Eleitoral**. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

ROLLO e at al. **Propagando eleitoral: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo, 2004.

Local

Imperatriz - Maranhão

Nome do Professor

DOMINGOS EDUARDO / ELOY

Data: mês e ano

AGOSTO / 2009

Assinatura do Professor